

CAPITAL E TRABALHO – UMA RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO HIERÁRQUICA INCONTORNÁVEL E INCONTROLÁVEL¹

Maria Cristina Soares Paniago

Profª Doutora do Depto. de Serviço Social
Universidade Federal de Alagoas

I Introdução

Nesse artigo, pretendemos expor as principais idéias de István Mészáros, resultantes de mais de 25 anos de investigação, contidas em seu livro recentemente publicado no Brasil *Para Além do Capital* (no original, *Beyond Capital- Towards a Theory of Transition*). Em especial, sua discussão sobre a natureza incontrolável do capital e a necessidade de sua superação como condição irrevogável para a liberação do trabalho da relação de dependência hierárquica do capital, sob a qual se encontra historicamente submetido.

A investigação teórica sobre o mundo do trabalho tem enfrentado os maiores desafios, desde o momento em que a crise mundial do sistema do capital eclodiu no último terço do séc. XX. Inumeráveis estudos têm fornecido ricos e esclarecedores diagnósticos sobre as transformações sofridas pela relação capital-trabalho predominando, naqueles de maior influência nas ciências sociais no Brasil, a firme constatação de que a desregulamentação, a flexibilização, a terceirização, a informalização e a intensificação do trabalho têm trazido os maiores prejuízos à resistência dos trabalhadores diante da demanda por maiores taxas de exploração, implementada pelo capital em defesa da realização crescente de suas taxas de lucros, agora, como nunca antes, ameaçadas.

Dentro desse contexto de crise, por um lado de acumulação do capital, e por outro, expresso pela débil (ainda, que ativa) defesa, pelo trabalhador, de direitos anteriormente adquiridos, bem como pela eliminação de postos de trabalho e o conseqüente desemprego crônico, compreender as determinações mais essenciais do capital e de suas formas históricas de operação na subordinação hierárquica do trabalho – sua fonte ineliminável de valor e condição para a sua acumulação expansiva, deve exigir igual esforço de compreensão teórica. Contribuir nesse esforço é o que nos levou a estudar a obra de Mészáros, colocando em relevo sua polêmica e original contribuição teórica, a qual vem destoar do conjunto daqueles teóricos

¹ Texto publicado na Revista Temporalis n.6 – ABEPSS – Brasília – Jul/Dez.2002

que acreditam ser possível reformar o sistema do capital e, ainda mais, colocá-lo sobre controle dos trabalhadores.

II. Os Fundamentos Causais da Incontrolabilidade do Capital

Para Mészáros, os elementos constituintes da incontrolabilidade do capital conformam a sua própria natureza.

O capital, para se consolidar como um sistema universal e dominante, teve que superar todas as barreiras dos modos de produção anteriores e se libertar de todas as restrições sociais, políticas e materiais ao seu impulso à auto-reprodução contínua. O capital constitui um sistema sócio-reprodutivo orientado pela expansão e guiado pela acumulação, e encontra nesses determinantes sua própria razão de ser. Qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva deve ser removido, independentemente dos recursos empregados e das conseqüências desencadeadas. Na esteira de Marx, Mészáros insiste que o capital só existe como valor que produz valor em escala sempre crescente. Para isso teve que submeter a força de trabalho como condição de realização de seus objetivos acumulativos e se sobrepor a toda vontade subjetiva dos indivíduos, transformando o processo original de produção em auto-reprodução de capital. Tão logo o dinheiro se transforma em capital, como diz Marx², o capital “cria seus próprios pressupostos”, e o que antes eram os “pré-requisitos de seu devir”, possibilitados pela acumulação primitiva, agora se tornam “*resultados de seu próprio ser*”.(609)³ O capital, a partir daí, adquire um poder autoconstituente, em que a produção de riqueza só adquire sentido se estiver voltada a sua auto-reprodução, enquanto sua própria causa – sua *causa sui*.(609-610)

Esse poder autoconstituente, irrestingível em seu impulso à expansão e à acumulação, traz em si o próprio germe da sua incontrolabilidade, pois, para que o processo sociometabólico possa se adequar à realização de tais objetivos auto-reprodutivos, tem que submeter todas as potencialidades subjetivas e materiais existentes a sua *causa sui*, conformando um modo de controle sociometabólico hierárquico e autoritário que a tudo domina, num sistema incontrolável em sua própria natureza. O capital, nas palavras de Mészáros, “é acima de tudo um modo de controle, antes mesmo de ser – em um sentido superficial – controlado pelos capitalistas privados (ou mais tarde, pelos funcionários do

² K. Marx, Economic Works: 1861-1864, MECW, vol. 34, p. 235. Itálicos de Marx.

³ No momento da realização dessa pesquisa, que resultou em uma tese de doutoramento em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e cujo capítulo V está aqui parcialmente reproduzido, o *Beyond Capital* ainda não havia sido publicado no Brasil pela Boitempo Editorial (responsável pela tradução preliminar por nós utilizada). As referências de paginação no interior do texto, portanto, correspondem ao original em inglês.

Estado de tipo soviético)”. Ele tem que manter a “primazia” de seus objetivos metabólicos sobre o “conjunto de pessoas”.(42)

Ao mesmo tempo em que no seu processo de constituição o capital teve que superar todas as restrições, e para isso criou um sistema adequado de controle sobre a sociedade como um todo (“em todas as suas funções produtivas e reprodutivas”), não podia colocar novas restrições a seu imperativo expansionista, perdendo assim o controle sobre suas partes constituintes, que são centrifugamente estruturadas em uma totalidade historicamente instável.

A determinação estrutural interna do sistema auto-reprodutivo do capital – estar “orientado para a expansão e impulsionado pela acumulação” – resulta num duplo efeito contraditório: “constitui tanto um dinamismo anteriormente inimaginável como uma fatal deficiência”. Foi graças “em grande parte à sua incontrolabilidade [que] o capital conseguiu superar todos os obstáculos” da velha ordem feudal e conquistar o domínio absoluto sobre a sociedade. Entretanto, nos dias de hoje, com a crise estrutural, quando não mais pode contar com as condições objetivas necessárias à manutenção de seu curso expansivo, seus “constituintes destrutivos se manifestam com força, invocando o espectro da total incontrolabilidade e prefigurando a autodestruição tanto deste sistema específico de reprodução social quanto da humanidade como um todo.”(44)

Os limites e restrições coerentes e compatíveis com o sistema do capital, os quais, em momentos anteriores, favoreceram a superação de disfunções e crises passageiras, no contexto da crise estrutural já não são suportáveis, porque, agora, questionam a própria lógica reprodutiva do sistema. Isto é, ativados os seus limites absolutos⁴, o sistema do capital conta ainda com menos recursos que antes para promover a manutenção de si próprio pelo deslocamento das contradições. Mészáros enfatiza que o “capital nunca foi dócil a um controle adequado e durável ou a autolimitação racional” e só pôde aceitar “ajustes limitados” no estrito interesse de dar continuidade à “dinâmica auto-expansiva e o processo de acumulação”. Ocorre, nessas novas circunstâncias, uma inversão de sentido no que significou, nos primórdios do sistema, a incontrolabilidade do capital.(44) Assim, para Mészáros, “as implicações do mesmo poder de incontrolabilidade que no seu tempo assegurou a vitória do sistema do capital estão longe de serem tranquilizadoras hoje, quando a necessidade de limitações é admitida – ao menos na forma do ilusório desiderato de ‘auto-regulação’ – mesmo pelos mais acrílicos defensores deste sistema.”(45)

⁴ De acordo com Mészáros, “a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Conseqüentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema capitalista em si.” (104)

Se, segundo Mészáros, o capital realizou um grande aumento da produtividade após a superação dos obstáculos da auto-suficiência vigente nos modos de produção anteriores, também promoveu a “inevitável perda de controle sobre o sistema reprodutivo social como um todo”.(47) Ao proceder à “separação radical entre produção e controle” e promover a “superimposição de um agente separado – as ‘personificações’ do capital de uma forma ou de outra – sobre o agente social da produção: o trabalho”, o capital fixa a base dos defeitos estruturais do sistema, com os quais terá que conviver sem solução definitiva.(48) A separação entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação são fraturas estruturais que se manifestam nos microcosmos particulares internamente fragmentados do sistema, na esfera da sua dominação global, e não se pode encontrar a unidade de controle perdida nos limites dos mesmos marcos estruturais que promoveram tal separação como necessidade vital de sua auto-reprodução ampliada. Trata-se de “estruturas vitais e, portanto, insubstituíveis do capital, e não contingências históricas limitadas que ele possa transcender.” Ao capital interessa remediar os efeitos nocivos de tais fragmentações, mas não eliminar o fundamento dessa mesma fragmentação. Nesse sentido, “os antagonismos que emanam dessas estruturas são necessariamente reproduzidos em todas as circunstâncias históricas compreendidas pela era do capital, seja qual for a relação de forças predominante em cada momento particular.”(49)

Pôde-se ocultar essa perda de controle “durante um longo estágio de desenvolvimento histórico, graças ao deslocamento de contradições do capital durante sua forte fase expansionista”; contudo, as conseqüências nefastas para o desenvolvimento do sistema se farão sentir de maneira inevitável, num momento posterior, e em proporções ainda maiores.(47)

Mészáros assinala a existência de uma “manifestação paradoxal dessa perda de controle”. Num primeiro momento, ela favoreceu a expansão na fase de ascensão histórica do capital, possibilitando o controle das contradições e antagonismos através do postergamento de seus efeitos explosivos. No entanto, quando ocorre o “bloqueio do caminho da livre expansão (como resultado da consumação da ascendência histórica do capital) e a conseqüente impossibilidade de deslocar simultaneamente os antagonismos internos do sistema”, os “efeitos nocivos da expansão já realizada” são reativados e multiplicados. Deve-se notar que os problemas e contradições surgem na “mesma escala de grandeza da expansão planetária do sistema do capital”, o que exige uma “correspondente magnitude de deslocamento”. Na impossibilidade, hoje, de se realizar os deslocamentos de tamanha magnitude, “o que se apresenta é o espectro da *total incontrolabilidade*”.(47-48)

O “imperativo de intensificar cada vez mais a expansão é uma manifestação paradoxal dessa perda de controle”, sendo que a busca cega da expansão, dadas as condições contraditórias em que se assenta, traz à superfície a incontabilidade insolúvel do sistema. Por um lado, adia o “dia do julgamento”, permitindo o prosseguimento da expansão e, por outro, provoca a reativação e multiplicação dos mesmos problemas postergados.(47)

O sistema do capital, sempre segundo Mészáros, não pode reconhecer a existência de problemas e contradições em sua base causal. Toda ordem de problemas é tratada como disfunção e distúrbio temporário, sempre na esfera dos efeitos e conseqüências, e nunca do ponto de vista da imanência de sua *causa sui*. Não importa quão graves sejam as implicações no longo prazo, o capital é apenas “reativo” e “retroativo”. Conforme surjam as necessidades de intervenção utiliza-se de ações remediadoras, cujo objetivo é retomar o fluxo da expansão. Por sua própria natureza, uma

“ação remediadora dentro da estrutura global do sistema do capital só é exequível sob a forma de um corretivo *post festum*, que preserve a lucratividade global do sistema, quaisquer que sejam os corretivos *parciais* antecipados e os métodos manipulatórios que possam ser divisados em contextos mais limitados. Mesmo o complexo militar/industrial, enquanto um ‘planejado’ corretivo, só pode ter um impacto limitado a esse respeito, não importa quão imponente seja seu tamanho em um dado país numa determinada época histórica.”(572)

Uma vez que, os “fundamentos causais que impelem o próprio sistema não podem ser questionados sob nenhuma hipótese”, toda “mudança legítima deve ser sempre encarada como alteração e melhoria limitadas do que já está determinado.” Esta é a substância das alterações políticas em seu modo de operação sociometabólica. Mészáros destaca o seguinte caso ilustrativo: “A ‘nacionalização’ das empresas capitalistas privadas, sempre que introduzida, é tratada simplesmente como uma reação temporária à crise, a ser contida dentro das determinações gerais do capital como modo de controle, sem afetar de nenhuma forma (...) a *estrutura de comando* fundamental do sistema em si.”(106) As mudanças econômicas visam sempre atender a necessidades já postas, e vêm sanear, mesmo que temporariamente, problemas já identificados. Do mesmo modo, hoje, são reativadas as privatizações para atender às necessidades setoriais de expansão. Aparecem os problemas, ativam-se as ações remediadoras perfeitamente intercambiáveis, ainda que apontem para direções opostas (ora nacionalização, ora privatização), o que não constitui nenhum risco, pois “o quadro de referências estrutural e a estrutura de comando do sistema em si permanece inalterada.” As inovações são restritas a um nível “instrumental”, e visam apenas “uma alteração e um melhoramento limitados do já dado.”(105-106)

Por isso, afirma Mészáros que a “inalterável *temporalidade* do capital é *a posteriori* e *retrospectiva*. Não pode haver nenhum futuro adiante num sentido significativo da expressão, pois o único ‘futuro’ admissível já chegou, na forma dos parâmetros existentes da ordem estabelecida bem antes de ser levantada a questão sobre ‘o que deve ser feito’.”(105-106)

Tal “temporalidade *a posteriori*” é incapaz – pois é a expressão - de reverter o curso da incontrolabilidade. Basta se dispor de instrumentos suficientes para se empreender os ajustes necessários a cada problema específico. Assim, acentua Mészáros, a “influência de eventos históricos inesperados — conforme estes surgem de uma grande crise, por exemplo — mais cedo ou mais tarde terá de ser comprimida de volta em seu molde já estruturalmente existente, tornando a *restauração* uma parte integral da dinâmica normal do sistema capitalista.” Encarar dessa forma as contradições e problemas gerados pelo impulso à expansão é uma necessidade da circularidade auto-constituente do capital. Não há nada além dele, tudo deve estar de acordo com “seu quadro de referências estrutural predeterminado”.(105-106)

O capital é impermeável a qualquer mudança qualitativa que possa questionar sua premissa de *causa sui*. Ele “não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação sócio-econômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para a expansão.” Não tem como aceitar medidas restritivas que inibam seu imperativo de expansão, mesmo numa situação histórica em que a expansão compulsiva significa expansão da produção destrutiva e perda de controle sobre os deslocamentos das contradições antes praticados. Deve-se levar em conta que, como acentua Mészáros, a

“expansão em si não é apenas uma *função* econômica *relativa* (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, ao passo que, em outros aspectos, conscientemente rejeitada), mas uma maneira *absolutamente necessária* de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar como praga as causas subjacentes.”(105)

O capital, em função de seu “fundamento causal autopropulsivo” inquestionável, não pode deter-se diante de barreiras impostas no curso de sua acumulação. Problemas e contradições devem ser tratados como obstáculos sempre removíveis e remediáveis com o recurso da expansão, a despeito das implicações destrutivas resultantes da não resolução das contradições imanentes a esse modo de controle sociometabólico. “É por essa razão que *não* pode haver *alternativa* para a procura de expansão – a todo custo – em nenhuma das variedades do sistema do capital.”(105)

Nesse sentido, não há como se evitar que a sombra da incontrolabilidade se projete de forma ameaçadora sobre todo o complexo social, no momento em que os objetivos expansionistas não possam mais ser realizados como antes. A sombra da incontrolabilidade é

um fenômeno que hoje adquire uma premência muito maior, mas lembrá-nos Mészáros: “Embora, sem dúvida, se tenha tornado bem mais sombria no século XX, ela certamente não surgiu nas últimas décadas com os riscos da era nuclear, por um lado e, por outro, o assustador impacto da poluição industrial e agrícola em grande escala”; pelo contrário, “era inseparável do capital como um modo de controle metabólico social desde que conseguiu se consolidar, tornando-se um sistema reprodutivo coerente, com o triunfo da produção generalizada de mercadorias.”(72)

Segundo Mészáros, o sistema do capital não tem como promover uma “reestruturação” de seu modo de controle sociometabólico, mesmo premido pelas mais graves dificuldades reprodutivas. O intransponível limite da “*racionalidade auto-orientada* da reprodução ampliada do capital, com a premissa de sua *causa sui*”, impede-o de questionar a si mesmo - sua própria causa - , bem como repele qualquer alternativa sociometabólica qualitativamente diferente. Só é compatível com “ações corretivas do sistema” confinadas “aos efeitos e conseqüências estruturalmente assimiláveis”, uma vez que “as necessárias condições e implicações históricas que restringem a expansão contínua são sistematicamente descartadas ou postas de lado como desprovidas de importância”.(105) Contudo, quando tais medidas não mais são suficientes para assegurar a escala de expansão pretendida, pois se encontram contidas nos parâmetros estruturais do sistema do capital, a total incontrollabilidade se anuncia.(108)

A expansão, enquanto pôde superar os limites relativos⁵ contidos no marco causal do sistema, conseguiu ampliar a margem e a eficiência produtivas das ações socioeconômicas por longo tempo, eximindo-se de toda justificativa que pudesse ser exigida fora do espírito dominante de que o capital é o "mal radical" usado “como instrumento para a criação do bem”. No entanto, com a ativação dos limites absolutos intranscendíveis pela lógica reprodutiva do sistema, e a consumação da fase de ascendência histórica do capital, restrições tornam-se inevitáveis, ainda que inaceitáveis pelo capital, transformando o progresso anterior e seus benefícios em “uma destrutividade devastadora, quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista.”(173)

Considerando que a “tendência universalizadora” do capital só pode se consumir em razão do irrestringível impulso do capital à superação de toda barreira limitadora, fossem elas originadas em “obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais”, como também por ser

⁵ Para Mészáros, os “limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva — dentro da estrutura viável e do tipo buscado — da ação sócio-econômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital.” (104)

“inseparável da necessidade de deslocar os antagonismos internos do sistema por meio da constante ampliação da escala de suas operações”, toda medida de restrição aparece como um sinal de crise do sistema e como tal deve ser deslocada. Ao capital não importa “o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala no tempo.” Nesse sentido, iludem-se aqueles que crêem poder deter o capital no que tem de mais visivelmente destrutivo – a natureza e os seres humanos. Adverte Mészáros que a “degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle metabólico social, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior.”(173)

Trata-se do imperativo absoluto da auto-reprodução do capital, que não tem como ser alterado substantivamente sem que se coloque em questão o próprio metabolismo social dominante. Como também não há como se adquirir controle externo sobre apenas partes do sistema, no sentido de impedir seus aspectos destrutivos. É a partir dessa concepção mais geral que Mészáros analisa o Movimento Verde (com seus partidos) e a sua intenção política de reforma do sistema do capital. Propunham uma mudança “do vermelho para o verde”, mobilizando os “indivíduos preocupados com a destruição ambiental em andamento”. Principalmente centrados na questão ambiental – movimento de “questão única”, como o denomina Mészáros – eles “apelavam aos indivíduos, deixando indefinidas as causas sócio-econômicas subjacentes e suas conotações de classe”, pensando que assim podiam “ampliar seu próprio apelo eleitoral, na esperança de conseguirem intervir no processo da reforma com o objetivo de inverter as tendências perigosas identificadas.” Abordaram unilateralmente o complexo quadro reprodutivo sociometabólico prevalecente, tomando apenas o aspecto destrutivo da produção, desconsiderando que, nos dias de hoje, *a produção se realiza na destruição de riqueza material e humana*. O Movimento Verde, em todas suas variedades, tentou “articular seus programas de reforma a fim de entrar na estrutura de poder e nos processos de tomada de decisão da ordem estabelecida”. Apesar da importância “literalmente vital” da questão ambiental, “o incontestável imperativo da proteção ambiental terminou bastante intratável, por conta das correspondentes restrições necessárias que sua implementação teria significado para os processos de produção prevalecentes.”(39)

Diante disso, Mészáros chama a atenção para o “fato de que, dentro de relativamente curto espaço de tempo, todos esses partidos se marginalizaram, apesar do espetacular sucesso inicial por toda parte”, revelando que “as causas que se manifestam na destruição ambiental são muito mais profundamente enraizadas do que o pressuposto pelos líderes desses movimentos de reforma, orientados por programas não-classistas.” E, em seguida, conclui que

o “sistema do capital provou ser impossível de reformar, até mesmo sob seu aspecto obviamente mais destrutivo.”(39)

O capital não reconhece qualquer medida de restrições, e vê os obstáculos que surgem à sua frente como barreiras a mais a ultrapassar. Aqueles que não consegue eliminar frontalmente são contornados por ajustes remediadores, não chegando a constituírem obstáculos impeditivos de seu curso acumulativo.(44) Por essa razão, diz Mészáros, os “obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica auto-expansionista do capital.” Sendo assim, qualquer “impacto limitador” deve ser originado de um “poder de restrição” interno à própria lógica do capital.(173-174)

E, de fato, chegou-se a um estágio de desenvolvimento em que a “*tendência universalizadora* de avanço produtivo do próprio capital” tornou-se insustentável diante do “esgotamento dos domínios a invadir e subjugar”. A incontornabilidade do sistema, que podia ser dissimulada em circunstâncias históricas favoráveis, faz emergir a contradição imanente entre a necessidade de controle absoluto sobre o metabolismo social e o risco de perda de controle do sistema global. Nestas circunstâncias, nas quais são ativados os limites absolutos do sistema,

“ ‘mais’ começou paradoxalmente a significar ‘menos’ e ‘controle universal’ (assumindo a forma da ‘globalização’ antagonística) a indicar os riscos de uma completa perda de controle. Isto foi produzido pelo próprio capital, ao criar por todo o mundo uma situação totalmente insustentável, que exige uma coordenação abrangente (e, obviamente, um planejamento consensual para torná-la possível) - quando, por sua própria natureza, o sistema capitalista se opõe diametralmente a tais exigências.”(174)

Em outras palavras, segundo Mészáros, a cega busca expansionista de superação dos limites internos ao sistema levou a uma “profunda crise de controle” e a um arrefecimento da acumulação ampliada, na medida em que o “ ‘mais’ começa a significar ‘menos’ “. Afirma, ainda, nosso autor, que “foi apenas uma questão de tempo para que o capital - em seu irrefreável impulso para ir *além* dos limites encontrados - tivesse de se superar, contradizendo sua lógica interna e entrando em colisão com os limites estruturais insuperáveis de seu próprio modo de controle metabólico social.”(174)

Por isso, a coexistência da expansão e da restrição são internamente incompatíveis no modo de controle sociometabólico do capital. A necessidade de superação contínua de limites, a ponto de se esbarrar nos limites absolutos e intransponíveis do sistema do capital, acaba por justificar o aparecimento da crise estrutural, acompanhada de uma “profunda crise de controle”. Esses elementos constituintes contraditórios do sistema, na escala e maturação em

que se encontram, não são reversíveis pelo próprio sistema; ao contrário, comparecem como condições objetivas indispensáveis ao pleno desenvolvimento do sistema, independentemente das implicações futuras para sua própria sobrevivência. Tudo isso está relacionado com o fato de que, conforme ressalta Mészáros,

“o impulso expansionista cego do sistema capitalista é incorrigível, porque este não pode renunciar à sua própria natureza nem adotar práticas de produtividade em que há necessidade de restrição racional em escala global. Essa prática da restrição racional abrangente pelo capital importa, de fato, em reprimir o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, o que faria do suicídio uma espécie de controle metabólico social historicamente singular. Esta é uma das principais razões por que a idéia de um ‘governo mundial’ globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema capitalista – que é necessariamente *parcial* até o âmago em sua única forma viável de racionalidade – é uma gritante contradição em termos.”(179)

As restrições hoje exigidas como forma de contornar a potencialidade explosiva presente nos quatro conjuntos de forças ativadoras dos limites absolutos⁶, principalmente se pensamos no de maior gravidade social – o desemprego crônico – são, segundo Mészáros, ainda mais indispensáveis e, concomitantemente, impossíveis que no passado. Pois, nas condições de crise estrutural, são exigências postas pelo desenvolvimento do capital que se constituem em “obstáculo ativo para a acumulação tranqüila do capital e para o funcionamento futuro do sistema do capital global.”(151) Diante da “intratável contradição entre a liberdade absoluta do capital e a hoje historicamente inevitável necessidade de restrições básicas”, podemos avaliar a grandeza do problema a ser enfrentado no futuro.(146) Nesse mesmo espírito, Mészáros alerta que “a ameaça da incontabilidade lança uma sombra muito grande sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente único de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução do metabolismo social da humanidade”.(151)

III. A Contradição entre a Reprodução Global do Capital e os Interesses das Empresas Individuais

⁶ Mészáros analisa quatro questões que caracterizam a ativação dos limites absolutos: 1.o antagonismo estrutural entre o capital global e os Estados nacionais; 2. a degradação das condições ambientais; 3. a luta pela emancipação das mulheres; e 4. o agravamento do desemprego crônico. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que “as quatro questões escolhidas para a discussão (...) não representam características isoladas. Longe disso: cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições. Como tais, elas demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo.” (147)

A incontrolabilidade do capital se manifesta também em uma outra contradição posta pelo próprio desenvolvimento histórico. O sistema do capital, para atingir o domínio universal do metabolismo social, teve que eliminar as barreiras dos modos de produção anteriores, como teve também que implantar uma escala mundial de troca de atividades e produtos, o que implicou em transferir as condições de produção da unidade industrial isolada para o “contexto global”, tornando o “controle da produção (e reprodução metabólica social mais ampla), com base nos princípios operativos dados e viáveis do capital, (...) quase impossível de se manter.” Ou, melhor ainda, não há um indivíduo ou empresa ou Governo Mundial que possa assumir o controle da produção e reprodução metabólica global. A incontrolabilidade é inerente à própria lógica do sistema e foi o preço pago para a universalização do modo de controle sociometabólico do capital.(178)

Nas palavras de Mészáros, se

“as condições objetivas e subjetivas de produção estão situadas ‘fora’, exigindo que o intercâmbio da totalidade das atividades, necessidades, etc, se dê no quadro da troca global, elas necessariamente estão *além do alcance* de qualquer empresa isolada, não importando o quanto seja gigantesca ou transnacionalmente monopolista. Neste aspecto, se em nossa imaginação multiplicássemos a *General Motors* ou a *Ford* umas cem vezes, elas continuariam insignificantes.”(178)

Por isso, afirma Mészáros que, “na realidade, o controle é um pesadelo por toda parte e em parte alguma”.(178)

A lógica do capital só agrava essas contradições, uma vez que impele as empresas particulares a acumularem e a aumentarem “constantemente sua escala de operação”, buscando “maior fatia do mercado possível”, pois é a única forma de “melhorarem as oportunidades de controle”. Aí está fundado “o imperativo absoluto da expansão do capital que se aplica a *todas* elas”, e “não importa o quanto sejam destrutivas em termos globais as conseqüências da utilização voraz dos recursos disponíveis (para os quais as firmas privadas não têm medidas nem preocupações).” As firmas particulares estão apenas preocupadas em preencher os critérios “fetichistas da ‘eficiência econômica’ ”, com o fim exclusivo de sobreviver e prosperar. Portanto, conclui Mészáros, “*quanto mais bem sucedidas* forem as firmas particulares (...), em seus próprios termos de referência (...), *tanto piores* serão as perspectivas de sobrevivência da humanidade nas condições hoje prevalecentes.”(179)

O “impulso expansionista necessário das firmas particulares e do sistema em geral, sem levar em conta as conseqüências devastadoras” que desencadeia, é expressão da “racionalidade *parcial* do capital”. Essa racionalidade *parcial* do capital (“e deve-se ressaltar que, devido a seu princípio estruturador interno antagonístico, o capital é capaz apenas de

racionalidade *parcial*”), e o princípio expansionista que a orienta, “contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da *restrição racional* e correspondente *controle racional* dos recursos humanos e materiais globais” necessários a um desenvolvimento sustentável.(179) Tanto a questão do controle como a necessidade de restrições permanecem subsumidas ao imperativo da expansão, o que, num contexto histórico de esgotamento das possibilidades de deslocamento dos limites e contradições do sistema, implica na intensificação dos problemas pré-existentes.

Para Mészáros, conceber como possível o capital reprimir seu impulso expansionista impondo restrições a si mesmo é o mesmo que propor o suicídio do sistema. No entanto, a ameaça da incontrolabilidade não está muito distante de resultar em conseqüências igualmente trágicas. Se o caminho da integração global do capital e, por conseguinte, o processo da “transferência das condições de produção e reprodução social para fora das empresas e indústrias isoladas (...) se completar historicamente, o capital como sistema de controle terá superado a si mesmo de maneira irreversível”, uma vez que não pode retornar para “uma condição anterior (menos integrada e expandida globalmente), nem pode continuar em seu impulso expansionista global na escala requerida.” Nesta esfera, é isso que significa crise estrutural: “bloqueio de novos campos sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia ‘exportar’ suas contradições”.(179-180)

Tais desdobramentos projetam o completo fechamento do que Mészáros denomina de círculo vicioso da incontrolabilidade estrutural do capital.(180)

Argumenta ele que “a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle metabólico social e da produção no contexto global adequado se revela como algo irremediavelmente *além do alcance do capital*, não importa até onde e o quão perigosamente o sistema se ultrapasse a si mesmo.” Desse modo, a “inerente incontrolabilidade estrutural do capital (desde o começo mesmo) como modo de controle completa seu círculo – em forma de um verdadeiro círculo vicioso.” Ao mesmo tempo em que se torna “*absolutamente necessário* o controle racional do sistema global (a um nível adequadamente *global*, em que só ele poderia ser sustentavelmente controlado), que ele mesmo também havia historicamente criado”, o controle é “*impossível* (...) mesmo em um contexto mais limitado, no plano das firmas nacionais particulares e empresas transnacionais necessariamente de ‘mau comportamento’ e ‘transgressoras’.” A incontrolabilidade do capital é exposta de todas as maneiras.(180)

Por tudo isso, conclui Mészáros ser “inconcebível escapar de tal círculo vicioso sem superar radicalmente as determinações fundamentais do próprio sistema capitalista.” A incontrolabilidade do capital é estrutural e só pode ser eliminada quando também não mais

existir o modo sociometabólico de reprodução social dominante e, naturalmente, o capital.(180)

IV. Romper o Quadro de Referência Estrutural do Capital: condição de possibilidade para um controle consciente

Estabelecer um controle de uma ação humana consciente sobre o metabolismo e reprodução sociais é, para Mészáros, comprovadamente impossível enquanto existirem as bases materiais de sustentação da auto-reprodução ampliada do capital. São várias as fracassadas tentativas de controlar a incontabilidade do capital por meio de uma maior atividade do Estado, como um elemento de regulação externo ao desenvolvimento econômico, tanto na esquerda (sociedades pós-capitalistas, social-democracia) quanto na direita comprometida com a preservação da ordem estabelecida (New Deal de Roosevelt, “redução dos limites do Estado” da Direita Radical, etc).(253) Esses fracassos, ou demonstrações de “êxito muito limitado”, nada mais seriam que manifestações, *mutatis mutandis*, do processo inicial de esgotamento da fase expansiva do capital e da crise estrutural que eclodiu na década de 70, caracterizadas por uma tendência crescente no uso de determinações políticas no processo de reprodução sociometabólica. A sobrevivência adquirida pelo capital com o deslocamento expansionista de suas contradições e antagonismos, a partir do “último terço do século XIX, estendendo em seguida por quase um século sua viabilidade reprodutiva,” se esgotou com “o início da crise estrutural do sistema”. Hoje, os “*dispositivos corretivos externos* (...) e suas práticas correspondentes” já não são mais suficientes para compensar os defeitos da *dinâmica interna de desenvolvimento* do sistema. A crise estrutural, hoje, “afeta o modo de controle do capital em suas raízes”.(773)

O mais grave da situação presente é que, agora, segundo Mészáros, “temos que encarar não só os antagonismos de velha data do sistema, mas também as condições cada vez mais graves que a dinâmica expansionista do próprio deslocamento tradicional transformou em problemáticas e definitivamente insustentáveis.”(252) Sem contar que “a lógica infernal e pulsão infinita do capital para a auto-expansão quantitativa conduz inevitavelmente a conseqüências destrutivas. A destrutividade da dinâmica interna do capital não só afeta o ambiente natural, mas também cada faceta da reprodução sociometabólica”, implicando, até mesmo, na destruição periódica de “partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital”.(821)

Diante desse estado de coisas, quais as alternativas para a sobrevivência da humanidade?

Para Mészáros, “esperar do capital conter-se a si mesmo é nada menos que esperar um milagre acontecer. Pois o capital só poderia adotar a auto-restrição como uma característica significativa de seu modo de operação deixando de ser capital.” E continua ele,

“a necessidade de restrição -- até mesmo se o que está em jogo é nada menos que a sobrevivência humana -- é contradita diametralmente pelas determinações mais íntimas do sistema do capital. Pois o modo de reprodução do capital entraria muito rapidamente em colapso se fosse compelido a operar no interior de limites, ao invés de constantemente expansíveis, firmemente circunscritos.”(805)

As soluções até agora empregadas na correção dos distúrbios reconhecidos no desenvolvimento histórico do sistema dedicaram-se apenas à formulação de corretivos parciais, sem que se atacasse a base causal das contraditórias determinações estruturais do sistema. O estágio a que chegamos, de crise estrutural e de ameaça de colapso do sistema, uma vez que ele não comporta restrições, exige muito mais que uma oposição defensiva. Conforme adverte Mészáros, “nenhum remédio parcial é concebível a este respeito, e certamente nenhum que pudesse ser implementado pelas personificações do capital em qualquer uma das suas corporificações realmente possíveis.”(805)

Ainda que para alguns seja impossível continuar a negar a necessidade de restrições, e se mostrem “dispostos a reconhecer que algumas restrições devem ser adotadas (pelo menos em algumas áreas de atividade econômica, como a exploração de matérias-primas e recursos de energia, como também em relação ao ‘controle da população’)”, permanecem confinados a um discurso circular, alegando que a “própria dinâmica expansionista sempre redefiniria e estenderia os limites com sucesso. Hoje tal argumento é obviamente insustentável.”(805)

Para Mészáros, “dizer que a incontabilidade do capital percorreu seu curso histórico significa que o próprio sistema perdeu sua viabilidade enquanto o controlador de uma sustentável reprodução sociometabólica.” E não se trata de projeções de longo prazo: os “limites são visíveis em nossa proximidade imediata, tal como o são os perigos que acompanham a inabilidade ou recusa – e, no caso do capital, ambas coincidem -- de exercer restrição.” (805)

Diante desses desdobramentos históricos, Mészáros coloca como “necessário divisar a instituição de mudanças sistêmicas qualitativas em uma época na qual os perigos que surgem da incontabilidade do capital se intensificam, devido ao caráter estrutural irreprimível do sistema.”(805) Tais mudanças sistêmicas qualitativas coincidem com a “necessidade de uma transição a uma ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos, como defendido pelo projeto socialista”, o qual “permanece na agenda histórica, apesar de todos os fracassos e decepções.”(253)

Trata-se de uma verdadeira ‘mudança de época’ (*ephocal shift*) – “um sustentado esforço para se ir além de todas as formas de dominação estruturalmente entrincheiradas”. Isso só pode ser concebido mediante uma “radical reestruturação das formas e instrumentos de reprodução metabólica social existentes, em contraste com a acomodação dos objetivos socialistas originais às paralisantes restrições materiais das condições herdadas, como aconteceu no passado.” Mészáros, então, enfaticamente reafirma que “a *raison d’être* do empreendimento socialista é manter a consciência dos objetivos estratégicos da transformação de uma época (*ephocal*), ainda que sob as condições mais adversas, quando o poder da inércia puxa para a direção oposta: para a ‘linha de menor resistência’ que conduz à revitalização da incontrolável força de controle do capital.”(253)

A transição a uma nova forma histórica implica a superação do capital e não a escolha de estratégias que auxiliem a “revitalização da incontrolável força de controle do capital”. Para Mészáros, trata-se da construção de uma ordem na qual o controle sobre todas as atividades da vida passa a ser determinado pela decisão consciente do verdadeiro sujeito produtor da riqueza social: o trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

MÉSZÁROS, I. *Beyond Capital*. London: The Merlin Press, 1995.